

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

N.º 67 — outono de 2021

A NORMATIVIDADE NO TRABALHO LINGÜÍSTICO — <i>Victor Macedo</i>	1
NOMES DE LÍNGUAS ISO 639-1 AINDA NÃO REGISTRADOS EM DICIONÁRIOS — <i>Paulo Correia</i>	7
AMEIXAS D'ELVAS SEGUIDA DE NOTA BIOGRÁFICA EM MODO DE <i>DIVERTISSEMENT</i> — <i>Luís Filipe PL Sabino</i>	15
«MAYDAY — DESASTRES AÉREOS» E NÃO SÓ — <i>Philippe Magnan Gariso</i>	20
UM APARTE À PARTE (IX) — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	23
ELEGÂNCIA E DEGRADAÇÃO — <i>Jorge Madeira Mendes</i>	24
FINLÂNDIA — FICHA DE PAÍS — <i>Paulo Correia; José Pedro Ferreira</i>	25
PUBLICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DA UE HOMENAGEADAS NA RÁDIO — PASSADO, PRESENTE E FUTURO D'«A FOLHA» — <i>Victor Macedo</i>	29

A normatividade no trabalho linguístico

Victor Macedo

Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Pedi que me apresentassem à viúva. O elegante de quem solicitei este favor, antes de me apresentar, disse-me:

— Fala-lhe de mim, a ver o que ela te diz.

— Vê-se que a amas... — atalhei eu.

— Amo deveras; mas não lhe amo a fortuna.

— A fortuna é galicismo — interrompi com azedume. — Diz antes os haveres. Morra o homem de paixão, sendo necessário, mas salve-se a língua dos Lucenas, dos Sousas e dos Bernardes.

Este meu amigo incorreto foi depois dizer a outro que eu era tolo. A ignorância é muito atrevida!⁽¹⁾

Introdução

O trabalho de tradução / revisão / interpretação de textos, assim como o controlo da qualidade dos mesmos, requer dois tipos distintos de competências: o primeiro, que é fundamentalmente heterolinguístico, é o do conhecimento da(s) língua(s) de partida; o segundo, maioritariamente homolinguístico (pelo menos no contexto das instituições europeias), é o do conhecimento da língua de chegada, aquela em que o tradutor ou intérprete tem de procurar «reproduzir» o texto original. O motivo pelo qual os tradutores, revisores e intérpretes das instituições da União Europeia produzem, em geral, textos apenas na sua língua materna deve-se ao reconhecimento da importância de que todos os textos da UE respeitem determinados critérios de qualidade linguística e estejam devidamente «localizados», ou seja, correspondam às expectativas e ao universo de referências culturais do conjunto dos falantes da língua de chegada.

Ao contrário do que poderia pensar-se, são as competências do segundo tipo as que mais problemas suscitam, mesmo para tradutores, revisores e intérpretes experientes. «Produzir» um texto na sua língua materna implica, para o falante, o domínio de um conjunto de regras e convenções que

evoluem no interior de cada comunidade linguística e cuja fixação é coadjuvada por mecanismos de estabilização como o funcionamento das instituições estatais ou privadas, os meios de comunicação social, a literatura oral ou escrita, etc., assim como a memória visual e auditiva de uma série de códigos comumente utilizados por todos os falantes; para poder comunicar, o falante deve poder partir do princípio de que essas regras e convenções são não só conhecidas como também aceites pelo conjunto dos outros falantes. Da mesma forma, para produzir um texto de qualidade, o tradutor / revisor / intérprete / controlador da qualidade deve ter um conhecimento aprofundado das convenções usuais na sua língua materna, a fim de encontrar as soluções mais adequadas ao registo de cada texto de partida sem recorrer a opções estilísticas ou gramaticais suscetíveis de comprometerem a eficácia da comunicação.

É habitual pressupor-se que todos os falantes nativos de uma língua possuem as mesmas competências ou o mesmo nível de conhecimento das regras e convenções da sua língua materna. Uma outra ideia persistente é a de que, mesmo que esse conhecimento seja insuficiente, cada língua dispõe de instrumentos de normalização e das obras de referência necessárias para dirimir as dúvidas que possam surgir. Estas duas preconcepções estão na origem de vários mal-entendidos: na realidade, há enormes diferenças socioletais e dialetais entre os falantes, e a própria língua está em constante evolução, seguindo tendências que escapam à vigilância de qualquer organismo normalizador centralizado. É irrealista presumir que todos os falantes, mesmo os que declaram seguir uma suposta «norma culta», usam uma mesma língua de forma homogénea: esta, longe de ser um monólito uniforme, é um mosaico composto pelas competências e pelos hábitos individuais dos vários falantes, o que resulta numa extraordinária diversidade de estilos, de léxicos e de soluções gramaticais.

Confrontado com estas forças centrífugas, o tradutor / revisor / intérprete / controlador da qualidade tem de recorrer a obras de referência com tendência normalizadora, a fim de poder contar com bases estáveis para orientar o seu trabalho e justificar as suas opções. Infelizmente, estas obras de referência (gramáticas, dicionários, prontuários, etc.) nem sempre dão resposta a todas as questões, e amiúde limitam-se a registar as diferentes variantes possíveis; ao mesmo tempo, nem sempre são unânimes nas respostas fornecidas, e por vezes propõem soluções que a maioria dos falantes consideraria antiquadas e ultrapassadas. Contrariamente ao que seria legítimo esperar, é frequente os consulentes não encontrarem nestas obras as respostas que procuram. É precisamente por este motivo que seria útil e pertinente adotar regras ou convenções para uso em todas as instituições da UE, independentemente das convenções internas de cada uma decorrentes das especificidades do seu papel ou do seu funcionamento.

Uma vez que as instituições da União Europeia produzem essencialmente textos sobre temas bastante especializados, foram intensos os esforços no sentido de estabilizar a terminologia utilizada (nomeadamente graças à base terminológica IATE) e de prescrever soluções uniformes para todas as instituições. A mesma procura de convergência esteve na origem do *Código de Redação Interinstitucional*⁽²⁾, que veio colmatar as lacunas no que à apresentação gráfica dos textos diz respeito. Em ambos os casos, era manifesta a vontade de dispor de instrumentos normativos, de regras e de convenções comuns; o que continua a faltar é um instrumento que fixe convenções semelhantes para outros aspetos da produção de texto.

As reflexões que se seguem são uma tentativa de desbravar o terreno neste domínio e de incentivar o debate. A questão não é académica: a frequência com que os nossos colegas assinalam problemas desta natureza ou exprimem dúvidas quanto a problemas gramaticais para os quais não encontram solução nas obras de referência tradicionais revela que se trata de uma preocupação constante que merece reflexão.

A normatividade ainda é possível?

Na introdução geral da *Gramática do Português* editada pela Fundação Calouste Gulbenkian⁽³⁾ pode ler-se o seguinte: «[de] modo geral, os estudos gramaticais são pautados por uma de duas perspetivas distintas. Numa delas — chamada prescritiva ou normativa —, dá-se particular atenção ao

dialeto-padrão da língua, centrando-se a situação sobre as suas características, apresentadas como correspondendo à "maneira correta de falar"; concomitantemente, relega-se para segundo plano a variação linguística, ou seja, os restantes dialetos e os registos coloquiais ou menos formais. Na outra perspetiva — chamada descritiva —, os gramáticos não fazem juízos de valor sobre a correção ou incorreção das variantes linguísticas.» Os autores acrescentam imediatamente que a perspetiva que seguiram na sua obra é «estritamente descritiva» (p. xxvi).

A tendência para uma abordagem descritiva dos aspetos gramaticais é a que atualmente domina nos estudos linguísticos. As razões são muitas e variadas, e demasiado complexas para serem examinadas aqui, mas importa sobretudo reter que o conceito de «correção» linguística deixou de ser encarado em termos absolutos e que se reconheceu que qualquer pretensão «correção» é sempre uma qualidade relativa, sujeita a variações sincrónicas e diacrónicas, e reflete mais as aspirações ou as conceções de determinado grupo do que a prática real do conjunto dos falantes. Em vez de «erro» ou «incorreção», os linguistas preferem falar de «variação» ou «desvio»⁽⁴⁾ em relação a uma norma, sempre reconhecida como arbitrária.

Esta posição, perfeitamente correta do ponto de vista científico, não invalida, contudo, a aceitação de convenções para casos específicos, ou a tentativa de definição de padrões de referência mais universais. Como afirma o linguista britânico John Lyons, «*[it] should be stressed that in distinguishing between description and prescription, the linguist is not saying that there is no place for prescriptive studies of language. It is not being denied that there might be valid cultural, social or political reasons for promoting the wider acceptance of some particular language or dialect at the expense of others. In particular, there are obvious administrative and educational advantages in having a relatively unified literary standard.*»⁽⁵⁾

Assim, é perfeitamente legítimo defender uma abordagem descritiva em absoluto e reconhecer, ao mesmo tempo, a utilidade de soluções mais prescritivas na prática, pelo menos em domínios devidamente circunscritos e para fins específicos. Embora a maioria das gramáticas se cinja atualmente à abordagem descritiva, muitos falantes continuam a procurar alinhar-se por uma convenção mais prescritiva, quer porque estão conscientes de lacunas (lexicais, morfológicas, etc.) nos seus próprios conhecimentos linguísticos, quer pela necessidade de resolver dúvidas nascidas do confronto com outros dialetos ou socioletos. As vantagens são evidentes: uma maior convergência favorece a comunicação, e regras claras facilitam a produção de textos.

Não é de espantar, por conseguinte, que continue a haver uma enorme procura de prontuários e de outras fontes normativas (ou com intenção normalizadora). A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, por exemplo, do linguista brasileiro Carlos Henrique da Rocha Lima, já vai na 49.^a edição, e obras do mesmo teor tendem a esgotar-se em pouco tempo; na Internet, o *Ciberdúvidas* tornou-se uma referência incontornável para profissionais e leigos, e há (ou, pelo menos, houve) mesmo programas televisivos dedicados a problemas gramaticais frequentes.

É inegável que há motivos de ordem prática que podem tornar necessárias, em determinados contextos, uma maior normatividade e a adesão a convenções específicas, sem que isso equivalha a condenar como «erros» os «desvios» e as «variações» a que acima fiz referência ou a fazer quaisquer outros juízos de valor sobre os mesmos. Estas convenções internas equivalem a «escolhas editoriais», e são adotadas com a intenção de estabilizar e normalizar o uso da linguagem num contexto específico, facilitando assim o trabalho de todos os utilizadores; nos casos em que há abonos suficientes, as convenções também permitem aproximar a linguagem utilizada nas instituições de uma determinada tradição de escrita formal, inscrevendo-a na linha dos restantes textos oficiais do português europeu.

Circunscrever as convenções

Qualquer debate sobre a adoção de regras ou convenções internas implica necessariamente circunscrever os domínios em que esse esforço normativo seria não só útil como também viável. É

consensual, por exemplo, que a normalização da terminologia tem um enorme valor acrescentado em termos de rigor científico, de coerência interna, de transparência da comunicação e mesmo de facilidade de pesquisa para quem tem de consultar as bases pertinentes. Por outro lado, no que toca à apresentação formal dos textos, para a qual nos socorremos de modelos preestabelecidos e das regras do *Código de Redação Interinstitucional*, é mínima a resistência às convenções impostas; embora se trate de convenções tão arbitrárias como quaisquer outras, todos os utilizadores reconhecem facilmente que é vantajoso dispor de apenas uma norma de referência: qualquer outra seria igualmente válida, mas era preciso escolher.

Qualquer tentativa de normalização de outros aspetos gramaticais deve obedecer ao mesmo princípio, isto é, aceitar que estamos a efetuar uma opção consciente por uma solução «x» entre muitas outras, e não a tomar uma posição quanto à hipotética «correção» ou «incorreção», em termos absolutos, das diferentes opções possíveis. Ao mesmo tempo, importa que a solução preconizada se baseie em critérios minimamente objetivos, como sejam a frequência das ocorrências em *corpora*, a fundamentação em obras de referência especializadas, o acompanhamento do uso atual, etc. A título de exemplo, quase nenhum falante do português europeu hesitaria em corrigir «participar de» para «participar em» (no sentido de «tomar parte em»), embora haja abundantes abonações para o primeiro em autores portugueses do século XIX (e pelo menos até Fernando Namora): é incontestável que o uso em Portugal optou pela segunda regência. Da mesma forma, ninguém hesitaria em desaconselhar o uso da segunda pessoa do plural, por muito correta que seja e utilizada por todos os grandes clássicos: indiscutivelmente, são flexões verbais que passaram a estar conotadas com um registo distinto do que é considerado mais adequado para os textos da UE.

Os exemplos referidos permitem identificar já alguns dos domínios que mais problemas levantam aos falantes: as regências preposicionais, as concordâncias dos elementos da frase, a posição dos clíticos, os barbarismos mais comuns, etc. Ao lado dos problemas sintáticos, também poderia chamar-se a atenção para o risco da derivação semântica de determinados vocábulos⁽⁶⁾ (de que os falantes podem não estar conscientes), bem como dos matizes veiculados por construções parecidas mas diferentes. Em outros domínios (como, por exemplo, o uso do léxico genérico, a estilística, etc.), o esforço de normalização seria não só muito menos fácil como, sobretudo, menos frutuoso, quando não totalmente inútil e questionável; da mesma forma, será necessário ter em conta que a linguagem nunca deixa de evoluir, e quaisquer convenções devem ter em conta a tensão entre, por um lado, as fontes históricas e, por outro lado, os exemplos de utilização atual.

Importa que as convenções adotadas ou a adotar procurem apoiar-se em critérios objetivos (frequência manifesta do uso, abonos em fontes especializadas), adequados ao fim a que se destinam os nossos textos (legislação, comunicação com o público em geral, etc.) e proporcionem as vantagens da convergência: comunicação facilitada, consenso na avaliação da qualidade, maior clareza quanto às formas a seguir. Por analogia, escrever segundo o Acordo Ortográfico de 1990 não equivale a considerar que essa norma ortográfica é «melhor» ou «mais correta» do que a de 1945 (ou qualquer outra anterior): no entanto, imagine-se um texto que aplicasse ambas ao mesmo tempo... Estas «escolhas editoriais» são meras convenções internas, mas facilitam a comunicação e simplificam o trabalho de quem escreve.

Como é óbvio, convenções deste tipo já existem nas várias instituições e nos vários serviços de tradução e de interpretação. O *Guia do Tradutor* dos serviços de tradução da Comissão Europeia contém toda uma secção de exemplos úteis de construções prescritas ou proscritas. Pode, por isso, ser um modelo a seguir na elaboração de uma obra de referência mais completa e mais interinstitucional, apoiada num levantamento mais exaustivo das fontes disponíveis e das novas dificuldades entretanto surgidas. Os exemplos que dei acima prendiam-se com os domínios espinhosos das regências preposicionais e das flexões verbais, já bem estudados, ao passo que outros só mais recentemente começaram a aparecer nas obras da especialidade.

Vejam agora alguns exemplos de aspetos do uso da linguagem que consideramos suscetíveis de serem mais facilmente normalizados, e que ilustram algumas das dificuldades que o trabalho de adoção de convenções pode suscitar.

1. Queísmo

O «queísmo» é a tendência para utilizar apenas a conjunção «que» em circunstâncias em que tradicionalmente se optaria pela construção «de que» (à tendência inversa, ou seja, para utilizar o «de que» quando deveria utilizar-se apenas «que», chama-se «dequeísmo»⁽⁷⁾). Embora esteja particularmente conotada com falantes pouco cultos ou sofisticados, a confusão entre as duas construções é mais comum do que se pensa. Veja-se os exemplos seguintes:

- * *A Comissão deve certificar-se que são cumpridas as disposições da diretiva.*
- * *O Parlamento está convicto que a tendência pode ser invertida.*

Em ambos os casos, a convenção prescreveria o «de que» nestes casos, e o conhecimento das regências preposicionais tradicionais ajuda: «certificar-se / convencer **de**», logo, «**de que**». Exemplos deste tipo são certamente os mais fáceis de normalizar: uma grande parte (a maioria?) dos falantes reconheceria facilmente que, embora frequente na linguagem oral, estas construções devem ser evitadas na linguagem escrita. A verdadeira dificuldade reside na «presunção» deste consenso: muitos autores de gramáticas e prontuários partem amiúde do princípio de que as soluções que propõem são universais e não são passíveis de contestação, mas uma boa parte dos falantes pode não estar de acordo. São estes aspetos que terão de ser sopesados no trabalho de normalização.

2. Contração da preposição «de» com o artigo definido

Por surpreendente que possa parecer, construções como a seguinte ocorrem com bastante frequência, inclusivamente na comunicação social:

- * *Os ministros debateram a possibilidade dos Estados-Membros fecharem as suas fronteiras.*

Trata-se claramente de um exemplo de evolução lenta da regra pela generalização do que anteriormente era considerado um erro, uma vez que a norma tradicional proscree a contração da preposição e do artigo nas construções com infinitivo⁽⁸⁾. Neste caso, a dificuldade é semelhante à do exemplo anterior: quando sabemos que mesmo os jornais de maior circulação em Portugal publicam frequentemente textos com este tipo de construção, temos de perguntar-nos se a regra não está a evoluir.

3. Posição dos clíticos

Na maior parte dos casos, a posição dos clíticos não suscita grandes dúvidas, mas algumas construções ainda me parecem encontrar-se no limite do aceitável:

- a) *Pode-se adaptar a redação do artigo 5.º*
- b) *Pode adaptar-se a redação do artigo 5.º*

Talvez por uma questão geracional, a construção em a) sempre me pareceu demasiado informal e uma marca de oralidade a banir dos textos escritos. Essa impressão parece radicar, de acordo com alguns linguistas, no «critério lógico»: o clítico acompanha o verbo principal, que exprime a ação, e não o verbo auxiliar. No entanto, há vários exemplos de uso idiomático dos clíticos que não obedece a esta regra, e pode haver elementos dialetais a ter em conta. Nestes casos, não será de aceitar ambas as construções como corretas? E se estão ambas corretas, que margem temos para prescrever apenas uma?

4. Contaminação por cognatos heterossemânticos

Consideremos a frase inglesa seguinte e a proposta de tradução em português:

The president called for the relevant measures to be taken forthwith.

a) *A presidente apelou a que as medidas relevantes fossem tomadas sem demora. (?)*

b) *A presidente defendeu que as medidas relevantes fossem tomadas sem demora. (?)*

Em português, «relevante» significa «importante», «que tem relevo», «que sobressai»; por contaminação do inglês, este adjetivo começou a ser usado na aceção de «pertinente», «correspondente», etc. A variação semântica por influência do inglês veio para ficar, e é possível que seja já demasiado tarde para inverter essa tendência. Quanto ao «apelar» (que tradicionalmente rege a preposição «para»), tornou-se tão frequente no sentido do inglês «*call*» que quase nos esquecemos de alternativas que seriam mais naturais em português («solicitar», «recomendar», «defender», «preconizar», etc.). Este exemplo concreto é porventura o que mais dúvidas levantará, porque ilustra perfeitamente a tensão entre o uso atual e o uso histórico: pense-se no uso de «fortuna» no excerto do romance de Camilo Castelo Branco em epígrafe.

Conclusões e pistas para soluções

A abordagem pragmática de linguistas como John Lyons, acima citado, demonstra que a adoção de regras e convenções prescritivas não é incompatível com o paradigma descritivo e construtivista que se tornou dominante nos estudos linguísticos, antes constitui uma solução válida para problemas concretos. No entanto, essa solução só terá cabimento se se restringir a aspetos devidamente circunscritos e não cair na tentação da «hipercorreção»: não faria sentido prescrever a correção de variantes que estejam perfeitamente corretas apenas porque não agradam a determinados falantes, e essa tentação deve ser combatida.

Ao mesmo tempo, haverá que acompanhar de perto as novas tendências do uso linguístico em Portugal, uma vez que nenhum esforço de normalização será credível se propuser soluções que já deixaram de corresponder ao uso atual pela maioria dos falantes.

Por outro lado, qualquer lista de regras a seguir deve ser o mais interativa possível, para que possa ser adaptada à medida que vão surgindo novas dúvidas: o êxito do *Ciberdúvidas* em relação a obras mais «estáticas» deve-se em boa medida à possibilidade que proporciona aos consulentes de enviarem as suas perguntas, em vez de apenas procurarem respostas numa lista de problemas ou questões frequentes que pode já não ser atual. As soluções prescritas devem basear-se nas melhores informações e nas fontes mais fiáveis disponíveis, sem descurar as novas tendências no uso da língua.

Quanto ao formato, o ideal seria dispor de uma fonte facilmente acessível na Intranet, que pudesse ser constantemente atualizada por uma equipa de linguistas responsáveis que decidiriam de forma colegial e apresentariam a fundamentação das suas decisões.

As vantagens seriam evidentes: uma maior convergência entre as diferentes instituições no que aos aspetos linguísticos diz respeito; uma obra de referência adaptada aos problemas concretos dos nossos colegas, alinhada pela prática portuguesa, mas capaz de fazer escolhas editoriais de forma pragmática; um instrumento ideal para o controlo da qualidade das traduções internas e externas. Não se trata de «embalsamar» a língua portuguesa num formato ideal, como aconteceu com o latim clássico; trata-se, isso sim, de reconhecer os problemas concretos do trabalho linguístico nas instituições da União Europeia e de adotar para eles as soluções mais credíveis e mais eficazes.

victor.macedo@eesc.europa.eu

- (1) Castelo Branco, C., *Coração, Cabeça e Estômago*, ed. crítica Sobral, C., Nunes, A., Lisboa, Imprensa Nacional, 2019, p. 116, https://impresanacional.pt/wp-content/uploads/2021/04/EdicaoCriticaCamilo_CoracaoCabeçaEstomago.pdf.
- (2) Serviço das Publicações, *Código de Redação Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.
- (3) Paiva Raposo, Eduardo B. et al., *Gramática do Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.
- (4) Veja-se, por exemplo, Peres, J.A, Móia, T., *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, ed. Caminho, Lisboa, 1995.
- (5) Lyons, J., *Introduction to Theoretical Linguistics*, CUP, Cambridge, 13.ª ed., 1995, p. 43.
- (6) O linguista americano Bryan A. Garner cunhou o termo «skunked term» para estes casos; cf. Garner, B. A., *Garner's Modern English Usage*, Oxford University Press, Nova Iorque, 4.ª ed., 2016.
- (7) Ver *Ciberdúvidas*, «Uso de "de que", de novo: queísmo e dequeísmo», 13.12.2006, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/uso-de-de-que-de-novo-queismo-e-dequeismo/19156>.
- (8) Ver *Ciberdúvidas*, «Contração da preposição de...», 17.9.2001, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/contracao-da-preposicao-de/8343>.



Nomes de línguas ISO 639-1 ainda não registados em dicionários

Paulo Correia

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

A generalidade das línguas incluídas na listagem da norma ISO 639-1 (*Códigos para a representação dos nomes de línguas — Parte 1: código alfa 2*) tem um glossónimo português registado na generalidade dos grandes dicionários lusófonos publicados em Portugal, Brasil ou Galiza (Espanha). Torna-se necessário ir um pouco além destas fontes clássicas se se pretender registar nomes em português para as cerca de duas dezenas de línguas em falta. Querendo-se evitar uma mera adaptação gráfica para uma suposta (e nem sempre correta) pronúncia do nome em inglês dessas línguas, a estratégia de aportuguesamento poderá ser:

- nuns casos, investigar o nome da língua tal como dicionarizado em línguas próximas da nossa (começando pelo galego, no nosso sistema linguístico);
- noutros, investigar o nome em línguas culturalmente próximas da nossa (por exemplo, o espanhol ou o francês) que estiveram em contacto direto com os falantes dessa língua; e
- noutros ainda, verificar como se pronuncia o nome na própria língua (autoglossónimo) e partir daí para um aportuguesamento — ao fim e ao cabo, o **método direto**.

Seja qual for a estratégia adotada, todos os glossónimos devem seguir as regras ortográficas do português, nomeadamente o uso da minúscula inicial (contrariamente ao inglês).

A Internet oferece hoje ferramentas que permitem avançar com alguma segurança por estas vias, mesmo pela terceira, o método mais direto. Contrariamente a línguas que usam de longa data o alfabeto latino, as línguas historicamente ágrafas ou que mudaram mais recentemente de outros sistemas de escrita para o alfabeto latino (ou cirílico) tendem a ter uma abordagem mais fonética, mais livre da carga etimológica, mas não livre de surpresas.

Por exemplo, a enciclopédia de sistemas de escrita e línguas *Omniglot*⁽¹⁾ permite saber o valor fonético dos caracteres de diferentes alfabetos e silabários, o dicionário de pronúncia *Forvo*⁽²⁾ permite controlar a pronúncia do nome das línguas por nativos da própria língua ou o *Youtube* permite assistir a tutoriais. Sem falar de portais hipermultilíngues como a incontornável Wikipédia ou mesmo a biblioteca da *Torre de Vigia*⁽³⁾ das Testemunhas de Jeová.

Propõem-se em seguida glossónimos para as 19 línguas ISO 639-1 não registadas nos dicionários lusófonos, assim como algumas reflexões a propósito e despropósito. Em anexo junta-se uma tabela

recapitulativa igualmente com indicação do nome da língua em inglês (a janela cada vez mais estreita por onde nos é dado a ver o mundo), francês e alemão e o número da ficha IATE, se existente.

Nomes de línguas ISO 639-1 em falta nos dicionários lusófonos

1. ak: Akan — pt: **acã**

O acã é uma língua (ou macrolíngua) atlântico-congolesa do Gana e da Costa do Marfim. Tem variantes como o fanté (fat) ou o chi (tw). Ver ponto 18 para o chi.

O acã utiliza um alfabeto latino com alguns caracteres adicionais⁽⁴⁾. Exemplo de texto em acã, na variante fanté⁽⁵⁾:

Ɔɔfo, Yɛma Wo Akɔaba.

Wɛbsaet yi ye edwindadze a wɔdze yɛ nhwehwɛmu wɔ Jehovah Adasefo nwoma ahorow a woetsintsim wɔ kasa pii mu no mu.

[Bem-vindo!

Esta é uma ferramenta de pesquisa com publicações das Testemunhas de Jeová em vários idiomas.]⁽⁶⁾

2. av: Авар мацл — pt: **ávaro**

O ávaro é uma língua caucasiana falada pelos ávaros do Daguestão, Rússia. O termo ávaro (não confundir com avaro) tem entrada no dicionário *Digalego*, da Xunta de Galicia⁽⁷⁾.

O ávaro utiliza um alfabeto cirílico⁽⁸⁾. Exemplo de texto em ávaro⁽⁹⁾:

Добро пожаловать!

Это онлайн-библиотека для исследования публикаций Свидетелей Иеговы на разных языках.

3. cr: ᑭᑲᑲᑲᑲᑲᑲᑲᑲᑲ, Nēhiyawēwin — pt: **cri**

Sendo o **cri** uma língua algonquina falada no Quebeque, há que ter também em conta a forma francesa *cri*, *langue crie*, por exemplo na *Encyclopédie canadienne*⁽¹⁰⁾:

Souvent écrit en caractères syllabiques (c'est-à-dire à l'aide de symboles représentant des combinaisons de consonnes et de voyelles, ou seulement une consonne ou une voyelle), le cri est l'une des langues autochtones les plus couramment parlées au Canada. Selon le recensement de 2016, 96 575 personnes ont déclaré parler le cri.

O nome cri é um exónimo francês derivado do nome de um grupo de povos da região da baía James a sul da baía de Hudson, diferindo do endónimo cri transliterado como *nēhiyawēwin*.

A língua cri escreve-se com um silabário⁽¹¹⁾ partilhado com o inuititute (ver ponto 10).

4. cv: Чăваш — pt: **chuvaxo**

O chuvaxo é uma língua altaica falada na Chuváxia, Rússia. O termo chuvaxo tem entrada no dicionário *Digalego*⁽¹²⁾.

O chuvaxo utiliza um alfabeto cirílico⁽¹³⁾. Exemplo de texto em chuvaxo⁽¹⁴⁾:

Брă сунса кĕтетпĕр!

Çакă Иегова Свидетелĕсем тĕрлĕ чĕлхепе кăларнă публикацисене тĕпчемелли онлайн библиотека.

Notar a utilização de *x* para transcrever o *u* (/ɣ/) e de *ch* para transcrever o *ɥ* (/tɕ/) do alfabeto chuvaxo. Por essa razão, a forma chuvaxo parece preferível a chuvache (aparente adaptação gráfica do francês *tchouvache*). Consultar pronúncia em Forvo⁽¹⁵⁾.

5. ee: Ewe — pt: **evé**

O evé é a língua atlântico-congolesa, maioritária no litoral da antiga Togolândia alemã, pré-I Guerra Mundial, nos atuais Togo e Gana. O missionário alemão Diedrich Hermann Westermann foi o seu primeiro estudioso europeu, tendo transcrito como Ewe o nome da língua. A letra *w* foi por ele adotada para reproduzir o som /β/, entre /b/ e /v/, som atualmente representado no alfabeto evé⁽¹⁶⁾ com o carácter *v* — Ewe ou Ewegebe. Consultar pronúncia em Forvo⁽¹⁷⁾.

Exemplo de texto em evé⁽¹⁸⁾:

Wòe Zo
Esia nye dɔwɔnu siwo wotsɔ wɔa numekuku le Yehowa Ðasefowo fe agbalẽwo me le gbe vovovowo me.

6. ho: Hiri Motu — pt: **hiri motu**

O hiri motu é uma língua austronésia desenvolvida nas expedições comerciais tradicionais (hiri) que punham os motus em contacto com os povos vizinhos. O *Michaelis* tem a entrada motu, referida como língua de Porto Moresby, capital da Papua-Nova Guiné, referindo hiri motu como pídgin com base na língua motu utilizado no resto do país.⁽¹⁹⁾

O hiri motu utiliza o alfabeto latino⁽²⁰⁾. Exemplo de texto⁽²¹⁾:

Welkam.
Inai research tulu be Iehova ena Witnes Taudia ese idia karaia gado idauidau pablikeisen totona.

7. ht: ayisyen — pt: **haitiano**

O haitiano é o crioulo de base francesa falado no Haiti.

Utiliza o alfabeto latino⁽²²⁾. Exemplo de texto em haitiano⁽²³⁾:

Nou kontan w vin sou sit sa a.
Se yon zouti ki pèmèt nou fè rechèch nan divès lang nan piblikasyon Temwen Jewova yo.

8. ii: 𑜋𑜰𑜫, Nuosu — pt: **nossu**

Língua sino-tibetana falada principalmente no Sujuão, China. O nossu, aportuguesamento do endónimo, é a variante setentrional das várias línguas *i* (*i* setentrional, de 彝语北方方言 /Yi yǔ běibù fāngyán em chinês), sendo considerada a variante-padrão.

O nossu tem desde 1980 um sistema oficial de romanização⁽²⁴⁾. Em nossu o dígrafo *uo* tem valor de /ɔ/, como se pode comprovar em Forvo⁽²⁵⁾.

9. ik: Iñupiaq — pt: **inhupiaque**

O inhupiaque é uma língua inuíte que utiliza um alfabeto latino⁽²⁶⁾ em que o carácter *ñ* tem o valor de /ɲ/ (cf. pronúncia em Youtube⁽²⁷⁾). Assim, o termo inhupiaque parece preferível a inupiaque, que seria um aportuguesamento gráfico baseado no nome inglês Inupiaq sem diacríticos.

Bokmål

Språksituasjonen in Norge

Det kan nok **synes forvirrende** for **utlendinger**, når de får vite at det **finnes** to former av norsk språk — to offisielt likestilte former, bokmål og nynorsk.

Nynorsk

Språksituasjonen i Noreg

Det kan nok **synast forvirrande** for **utlendingar**, nar dei får vite at det **finst** to former av norsk språk — to offisielt likestilte former, bokmål og nynorsk.

[A situação linguística na Noruega

Pode parecer confuso para os estrangeiros quando se lhes diz que há duas formas de norueguês — duas formas igualmente oficiais, *bokmål* e *nynorsk*.]

A existência de duas normas oficiais para o norueguês é uma questão muito estudada na Galiza (onde coexistem duas normas para o galego, embora só uma tenha estatuto de oficialidade).

A igualdade legal conseguida em 1884 de ambas as normativas fez com que os funcionários tivessem que conhecer as duas sem existir para ninguém qualquer problema de compreensão e de intercomunicação. O Nynorsk/Landsmål avançou perante o Riksmål/Bokmål durante todo o começo do século XX até o final da II Guerra Mundial com muito sucesso, sobretudo no mundo rural, tradicional e conservador, mas foi desde o momento no que se fez extensiva a educação, a cultura, e os meios de comunicação em massa quando o Bokmål recuperou o seu terreno até a época atual na que esta normativa é a mais importante em percentagem de utentes. Em 2011 é a língua de preferência do 87% dos alunos da escola primária enquanto o Nynorsk/Landsmål é considerada como uma variante regional dos quatro condados [distritos] mais ocidentais e mais rurais da Noruega.⁽³⁹⁾

A despropósito: a corrente reintegracionista galega, não oficial, favorável a uma aproximação lexical e ortográfica ao português, representada pela Associação Galega da Língua (AGAL)⁽⁴⁰⁾ e pela lusista Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP)⁽⁴¹⁾, vê paralelismo com o caso da norma danonorueguesa (reintegracionista), e vê também paralelismo da norma oficial galega, representada pela Real Academia Galega⁽⁴²⁾, com o caso da norma neonorueguesa (considerada isolacionista ou autonomista).

Dois dicionários representativos destas duas correntes galegas são, respetivamente, o lusista *Dicionário Estraviz*⁽⁴³⁾ e o *Digalego*⁽⁴⁴⁾, este último da Xunta de Galicia. Uma listagem da AGLP (reintegracionista), apresentada como *Léxico da Galiza para Ser Integrado no Vocabulário Comum da Língua Portuguesa*⁽⁴⁵⁾, está incluída desde 2018 no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*⁽⁴⁶⁾ da Academia das Ciências de Lisboa.⁽⁴⁷⁾

Ricardo Carvalho Calero (desaparecido vulto reintegracionista) resumia assim a situação do galego:

O galego ou é **galego-português** ou é **galego-castelhano**. Ou somos **uma** forma do sistema **occidental** ou somos **uma** forma do sistema central. **Não há** outra alternativa.⁽⁴⁸⁾

O galego ou é **galego-português** ou é **galego-castelhano**. Ou somos **umha** forma do sistema **occidental** ou somos **umha** forma do sistema central. **Nom há** outra alternativa.⁽⁴⁹⁾

O galego ou é **galego-portugués** ou é **galego-castelán**. Ou somos **unha** forma do sistema **occidental** ou somos **unha** forma do sistema central. **Non hai** outra alternativa.⁽⁵⁰⁾

15. nd: isiNdebele saseNyakatho — pt: **andebele setentrional**

16. nr: isiNdebele seSewula — pt: **andebele meridional**

Nas línguas bantas os glossónimos são precedidos por um prefixo próprio de língua. Nos casos em que os nomes entraram precocemente no português por via fonética, como quicongo ou quimbundo, o prefixo mantém-se. Já para a maioria dos nomes das línguas bantas, que parece terem entrado mais tarde por «via erudita», *i.e.*, por tradução/adaptação (geralmente a partir do inglês), prescindiu-se no

português do prefixo de língua. É interessante comparar esta situação com a dos arabismos da língua portuguesa — os que entraram por via direta vieram geralmente com artigo, os que entraram por «via erudita», *i.e.*, por tradução (muitas vezes do francês), vieram sem artigo (cf. Alcorão/Corão, arroz/rizicultura ou açúcar/sucroquímica).

Sem o prefixo *issi-*, de que resultaria o termo *issindebele*, há que tratar do *nd* inicial (/nd/), que assinala um *d* pré-nasalado, inexistente em português. Uma solução é a adição de uma vogal (*a* ou *e*) antes do *n*. Buscando exemplos de aportuguesamentos em casos semelhantes encontra-se o reino de Andongo (para Ndongo) ou Andalatando⁽⁵¹⁾, posteriormente Vila Salazar, e depois N'dalatando ou Ndalatando em ortografia banta. Esse *a* apareceu também espontaneamente, por via fonética, em nomes como Angola (de Ngola), para resolver o *ng* inicial (/ng/), ou Ambuíla (de Mbwila), para resolver o *mb* inicial (/mb/), mantendo a nasalização em ambos os casos. Já para (E)Mbabane, capital do Essuatíni, o *Código de Redação Interinstitucional* optou pelo aportuguesamento Mebabane⁽⁵²⁾, eliminando a nasalização do *mb* inicial (/mb/). Este último aportuguesamento não é espontâneo, baseando-se sobretudo em aspetos gráficos.

Contra *ndebele* (registado sem itálico na *Infopédia*⁽⁵³⁾ e no *Dicionário Estraviz*⁽⁵⁴⁾) está a impossibilidade de utilização de prefixos como *anti-*, pois a divisão de sílabas de *antindebele* seria *an tin de be le* (cf. *an ti an de be le*), alterando o prefixo. Ver também os problemas com *rendebelização* (cf. *reandebelização*) e sobretudo *desndebelização* (cf. *desandebelização*).

O *andebele* setentrional (Zimbabué) e o *andebele* meridional (África do Sul) utilizam ambos alfabetos latinos⁽⁵⁵⁾⁽⁵⁶⁾. Exemplo de textos em *andebele* setentrional⁽⁵⁷⁾ e meridional⁽⁵⁸⁾:

Siyakwamukela.

Le yiwebhusayithi yokuchwayisisa emabhukwini adindwa ngoFakazi bakaJehova ngezindimi ezitshiyeneyo.

Siyakwamukela.

Lesi sisetjenziswa sokwenza irhubhululo ngeencwadi ezihlukahlukeneko ezenziwa boFakazi bakaJehova.

17. ss: siSwati — pt: suáti

Os dicionários registam *suázi*. Porém a Suazilândia manifestou interesse em que o nome do país deixasse de conter o elemento *-lândia*, de origem inglesa, e o elemento *suázi*, de origem zula, e se baseasse na língua local. Em português, o nome do país passa a Essuatíni, pelo que parece lógico registar também *suáti* para o nome da língua.

O *suáti* utiliza um alfabeto latino⁽⁵⁹⁾, como as restantes línguas bantas. Exemplo de texto⁽⁶⁰⁾:

Siyakwemukela.

Leli lithuluzi lekucwaninga etincwadzini letishicilelwa BoFakazi BaJehova ngetilwimi letinyenti.

18. tw: Twi — pt: chi

Língua atlântico-congolesa do Gana em que o trígrafo *twi* tem valor de /tɛ^{wi}/, como pode ser comprovado em Forvo⁽⁶¹⁾. Em alemão também se pode escrever *Tschi* e em francês *tchi*.

O *chi* usa o alfabeto latino⁽⁶²⁾. Texto exemplificativo⁽⁶³⁾:

Yema Wo Akwaaba!

Websaet wei, yeđe ye nhwehwemu wə Yehowa Adansefo nhoma a wəatintim no kasa pii mu no mu.

19. za: Vahcuengh/話僮 — pt: xuém

Língua tai falada na Região Autónoma Xuém de Quancim, da República Popular da China.

O xuém (do endónimo *cuengh*, sendo *vah* língua) utiliza um alfabeto latino⁽⁶⁴⁾ em que o *c* tem o valor de /ɛ/, equivalente ao nosso *x*, e o *ng* tem o valor de /ŋ/, correspondente a uma nasalização.

Em chinês, xuém escreve-se 壮语 ou *Zhuàngyǔ* (sendo 语/*yǔ* língua). Tradicionalmente, em português, o *zh* inicial (/tʂ/) tem sido transcrito como *ch*, o que daria chuão. Outros exemplos: Chequião é o nome português para a província de Zhejiang e Chu En-Lai (pinyin: Zhou Enlai) é o nome do primeiro primeiro-ministro da China Popular.

correiapms@gmail.com

Glossónimos — tabela recapitulativa e comparativa

ISO	ISO	pt	en	fr	de	IATE
ak	aka	acã	Akan	akan	Akan-Sprache	—
av	ava	ávaro	Avaric	avar	Awarisch	—
cr	cre	cri	Cree	cri, cree	Cree-Sprache	—
cv	chv	chuvaxo	Chuvash	tchouvache	Tschuwassisch	—
ee	ewe	evé	Ewe	éwé	Ewe-Sprache	—
ho	hmo	hiri motu	Hiri Motu	hiri motu	Hiri-Motu	3531905
ht	hat	haitiano	Haitian	haïtien	Haïtien	1451571
ii	iii	nuossu	Sichuan Yi, Nuosu	yi de Sichuan	Lalo-Sprache	—
ik	ipk	inhupiaque	Inupiaq	inupiaq	Inupik	3581684
iu	iku	inucitute	Inuktitut	inuktitut	Inuktitut	3581794
kv	kom	cómi	Komi	kom	Komi-Sprache	—
mh	mah	marshallês	Marshallese	marshall	Marschallesisch	3531941
nb	nob	danonorueguês	Norwegian Bokmål	norvégien bokmål	Bokmål	3572703
nn	nno	neonorueguês	Norwegian Nynorsk	norvégien nynorsk	Nynorsk	3572704
nd	nde	andebele setentrional	North Ndebele	ndébéle Nord	Ndebele-Sprache (Simbabwe)	918201
nr	nbl	andebele meridional	South Ndebele	ndébéle Sud	Ndebele-Sprache (Transvaal)	918201
ss	ssw	suáti	Swati	swati	Swasi-Sprache	918195
tw	twi	chi	Twi	twi, tchi	Twi-Sprache, Tshi	—
za	zha	xuém	Zhuang, Chuang	zhuang, chuang	Zhuang	—

(1) Ager, S., *Omniglot: The Online Encyclopedia of Writing Systems and Languages*, <https://omniglot.com/>.

(2) Forvo Media S. L., *Forvo: O Dicionário de Pronúncia*, <https://pt.forvo.com/>.

(3) Associação Torre de Vigia de Bíbias e Tratados, *Biblioteca Online da Torre de Vigia — Português (Portugal)*, <https://wol.jw.org/jw-tpo/wol/h/r296/lp-tpo>.

(4) Ager, S., *op. cit.*: *Akan*, <https://omniglot.com/writing/akan.htm>.

(5) Associação Torre de Vigia de Bíbias e Tratados, *Әвез-Абан Интанет до Нвомакорабее*, <https://wol.jw.org/fat/wol/h/r284/lp-fa>.

(6) Associação Torre de Vigia de Bíbias e Tratados, *Biblioteca Online da Torre de Vigia — Português (Brasil)*, <https://wol.jw.org/pt/wol/h/r5/lp-t>.

(7) Xunta de Galicia, *Digalego — Dicionario de Galego: Ávaro*, <https://digalego.xunta.gal/gl/busca?palabra=%C3%A1varo>.

(8) Ager, S., *op. cit.*: *Avar (Магларул маул / Авар маул)*, <https://omniglot.com/writing/avar.htm>.

(9) Associação Torre de Vigia de Bíbias e Tratados, *Онлайн-Библиотека Сторожевой баини*, <https://wol.jw.org/av/wol/h/r621/lp-av>.

(10) Darnell, R., Filice, M., *L'encyclopédie canadienne : Langue crie*, *Historica Canada*, <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/fr/article/ecriture-syllabique-crie>.

(11) Ager, S., *op. cit.*: *Cree (ᑭᑭᑦᑲᑦᑲᑦᑲᑦ / Nēhiyawēwin)*, <https://omniglot.com/writing/cree.htm>.

(12) Xunta de Galicia, *op. cit.*: *Chuvaxo*, <https://digalego.xunta.gal/gl/termo/14742/chuvaxo%20-xa>.

(13) Ager, S., *op. cit.*: *Chuvash (Чăваш чĕлхи / Чăваш чĕлхи)*, <https://omniglot.com/writing/chuvash.htm>.

(14) Associação Torre de Vigia de Bíbias e Tratados, *Хурал баинин Онлайн Библиотеки*,

<https://wol.jw.org/nd/wol/h/r357/lp-nbz>.

⁽⁵⁸⁾ Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, *Ibulungelo-Thungelelwano LesiThala*,

<https://wol.jw.org/nr/wol/h/r86/lp-nbl>.

⁽⁵⁹⁾ Ager, S., *op. cit.*: *Swati (siSwati)*, <https://omniglot.com/writing/swati.php>.

⁽⁶⁰⁾ Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, Umtapo Wetincwadzi Loku-Internet WeSicongosekulindza,

<https://wol.jw.org/ss/wol/h/r88/lp-swi>.

⁽⁶¹⁾ Forvo Media S. L., *op. cit.*: *Como pronunciar Twi*, <https://pt.forvo.com/word/twi/>.

⁽⁶²⁾ Ager, S., *op. cit.*: *Twi*, <https://omniglot.com/writing/twi.htm>.

⁽⁶³⁾ Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, Owen-Aban Intanet So Nhomakorabea,

<https://wol.jw.org/tw/wol/h/r33/lp-tw>.

⁽⁶⁴⁾ Ager, S., *op. cit.*: *Zhuang (Vahcuengh / Vabcuejnb / 話儻)*, <https://omniglot.com/writing/zhuang.htm>.



Ameixas d'Elvas seguida de nota biográfica em modo de *divertissement*

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

Por motivos que não importam, reli recentemente o Regulamento (UE) 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu⁽¹⁾.

Algumas disposições suscitam umas sucintas notas, que seguem, tudo ditado, como sempre, por uma consideração de que o tradutor, na expressão jurídica, não pode ter ideias e conhecimentos tão curtos como as brevíssimas minissaias de inglesa nos anos 60 no verão algarvio... Assim, v.g.:

A) No original em PT do Regulamento, diz-se (sublinhado meu):

Artigo 9.º

Competência baseada na comparência

1. Caso se verifique, no decurso de uma ação perante um órgão jurisdicional do Estado-Membro que exerça a sua competência nos termos do artigo 7º, que nem todas as partes nessa ação são partes no acordo de eleição do foro, o órgão jurisdicional continua a exercer a sua competência se as partes na ação que não participaram no acordo comparecerem sem contestar a competência do órgão jurisdicional.

Proposta minha:

Onde está «*continua a exercer a sua competência*» diga-se: «*mantém a competência*», elidindo-se, assim, também a «*sua*».

Motivo: C'um escafandro! Mais sucinto! O que é espúrio, põe-se de parte!

B) Diz o artigo 15.º (sublinhado meu):

Verificação da competência

O órgão jurisdicional de um Estado-Membro perante o qual tenha sido intentada uma ação em matéria sucessória para o qual não seja competente por força do presente regulamento declara oficiosamente não ter competência.

Proposta de redação diversa (nos segmentos sublinhados):

O órgão jurisdicional de um Estado-Membro onde haja sido intentada uma ação em matéria sucessória para o qual não seja competente por força do presente regulamento declara-se oficiosamente incompetente.

Motivo: entre outras coisas recupera-se o verbo «haver», que o mundo da tradução muito tem desprezado como se fosse bruxa desdentada a cavalo na vassoura de plástico, que é mais barata. Qualquer dia, esse útil verbo (como outros), assim como o conjuntivo/subjuntivo ou o gerúndio — o que já tem sido assinalado avonde n'«a folha» — falecem (se Nietzsche matou Deus, teme-se o pior por parte dos tradutores...Serão eles assassinos de palavras? Eles que deveriam antes ser delas os arcanjos!! Dão assim às de vila-diogo sem tir-te nem guar-te! Valha-nos S. Jerónimo!) por escasso consumo, circunstância para que gente ilustre tem alertado (*i. a.* Claude Hagéde⁽²⁾).

C) Reza o artigo 13.º (sublinhado meu):

Aceitação ou repúdio da sucessão, de um legado ou da legítima

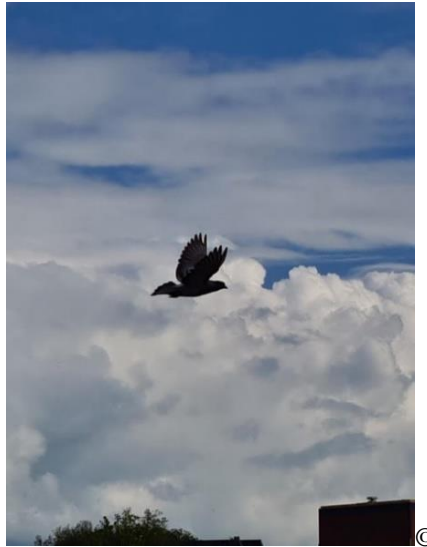
Para além do órgão jurisdicional competente para decidir da sucessão, nos termos do disposto no presente regulamento, os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro em cujo território se situa a residência habitual de qualquer pessoa que, nos termos da lei aplicável à sucessão, possa fazer perante um órgão jurisdicional uma declaração relativa à aceitação ou ao repúdio da sucessão, de um legado ou da legítima ou uma declaração destinada a limitar a responsabilidade da pessoa em causa no que respeita às dívidas da herança, são competentes para receber essas declarações sempre que, nos termos da lei desse Estado-Membro, tais declarações possam ser feitas perante um órgão jurisdicional.

Proposta de redação vicariante (no sublinhado):

Para além do órgão jurisdicional competente para decidir da sucessão, nos termos do disposto no presente regulamento, os órgãos jurisdicionais do Estado-Membro da residência habitual de quem, nos termos da lei aplicável à sucessão, possa fazer perante um órgão jurisdicional uma declaração relativa à aceitação ou ao repúdio da sucessão, de um legado ou da legítima ou uma declaração de limitação da sua responsabilidade quanto às dívidas da herança, são competentes para conhecer dessas declarações sempre que, nos termos da lei desse Estado-Membro, tais declarações possam ser feitas perante um órgão jurisdicional.

Razão de ser: redação mais sucinta e menos complicada... Sejamos simples, como as soluções que nos oferece a Patrulha Pata.

Quanto ao segmento no original «*para receber essas declarações*»: em língua ES fala-se em «*conocer*»; em FR, EN, IT aplica-se o termo correspondente a «receber». Competente só para «receber» ou também para «conhecer»...? Ou será questão de lana-caprina?⁽³⁾

INTERVALO fotográfico e musicalFoto: Ana Carvalho⁽⁴⁾Música: Lila Downs, «Paloma Negra»⁽⁵⁾

D) Dispõe o artigo 14.º (sublinhado meu):*Início da ação**Para efeitos do presente capítulo, considera-se que a ação se inicia:*

a) Na data em que foi apresentada ao órgão jurisdicional a petição que determina o início da instância ou um ato equivalente, desde que o requerente não tenha posteriormente deixado de tomar as medidas que lhe incumbem para que seja feita a citação ou notificação ao requerido; ou (...).

Redação alternativa ao preceito:

a) Na data em que foi apresentada ao órgão jurisdicional a petição de início da instância ou um ato equivalente, desde que o requerente tenha posteriormente tomado as medidas que lhe incumbem para efeitos da citação ou notificação ao requerido; ou (...)

Razão da proposta: «não tenha... deixado de...» brrrrr! Coisa estranha! Até arrepia como lambisgoia escanifobética! A negativa só complica. A redação proposta é mais clara, como a Branca de Neve. Estou certo de que o Rato Mickey concorda comigo.

E) Artigo 18.º (sublinhado meu):

(...)

2. Se esses pedidos estiverem pendentes em primeira instância, o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em segundo lugar pode igualmente declinar a sua competência, a pedido de uma das partes, se o órgão jurisdicional onde a ação foi intentada em primeiro lugar for competente para conhecer dos pedidos em questão e a sua lei permitir a respetiva apensação.

Proposta de outra redação no troço sublinhado:

...pode igualmente declarar-se incompetente...

Razão: evidente. É uma lapalissada.

F) Diz o artigo 21.º (sublinhado meu):

Regra geral

1. Salvo disposição em contrário do presente regulamento, a lei aplicável ao conjunto da sucessão é a lei do Estado onde o falecido tinha residência habitual no momento do óbito.

2. Caso, a título excepcional, resulte claramente do conjunto das circunstâncias do caso que, no momento do óbito, (...)

Observação: porquê «conjunto»? Lá vem outra vez a influência da redação em francês («ensemble») ... Basta dizer: a lei aplicável à sucessão e resulte claramente das circunstâncias.

G) Artigo 26.º (sublinhado meu):

Validade material das disposições por morte

1. Para efeitos do disposto nos artigos 24.º e 25.º, relevam da validade material:

Observação: «relevam de»...: lá está a influência do francês... que o tradutor acompanhou... *pari passu*... Talvez se pudesse dizer: «são atinentes à validade material»...

H) Diz o artigo 31.º (sublinhado meu):

Adaptação dos direitos reais

No caso de uma pessoa invocar um direito real sobre um bem a que tenha direito ao abrigo da lei aplicável à sucessão e a legislação do Estado-Membro em que o direito é invocado não reconhecer o direito real em causa, esse direito deve, se necessário e na medida do possível, ser adaptado ao direito real equivalente mais próximo que esteja previsto na legislação desse Estado, tendo em conta os objetivos e os interesses do direito real em questão e os efeitos que lhe estão associados.

Observação singela e tempestiva: evitem «uma pessoa»; optem por outra solução simples e pragmática tipo The Incredible Dr. Pol e digam: Quem invocar um direito real...

I) Artigo 33.º (sublinhado meu):

Herança vaga

Na medida em que, nos termos da lei aplicável à sucessão por força do presente regulamento, não houver herdeiros nem legatários de quaisquer bens ao abrigo de uma disposição por morte, nem qualquer pessoa singular que possa ser considerada herdeiro por via legal, a aplicação da lei assim determinada não impede que um Estado-Membro ou uma entidade designada para o efeito por esse Estado-Membro possa apropriar-se, nos termos da sua própria lei, dos bens da herança situados no seu território, desde que os credores tenham o direito de obter a satisfação dos seus créditos a partir da totalidade dos bens da herança.

Observação: esta de «na medida em que» já há muito assentou praça no círculo da tradução. Dispensa-se, como aligátor em parvulário... Pode dizer-se apenas: *Se*... (em vez de «na medida em que»), e a Senhora de Fátima fica satisfeita. E os meus netos idem.

J) Artigo 40.º (sublinhado meu):

Fundamentos do não reconhecimento

Uma decisão não é reconhecida:

a) *Se o reconhecimento for manifestamente contrário à ordem pública do Estado-Membro requerido;*
 b) *Caso tenha sido pronunciada à revelia, se o ato que inicia a instância, ou ato equivalente, não tiver sido citado ou notificado ao demandado em tempo útil e de modo a permitir-lhe defender-se, a menos que o demandado não tenha recorrido da decisão, embora tivesse a possibilidade de o fazer;*

Proposta de redação mais doce como as ameixas de Elvas⁽⁶⁾:

«...salvo se o demandado, podendo fazê-lo, não tiver recorrido da decisão;»

Nota biográfica sobre o autor desta «crónica» (a quem possa interessar)**«A despropósito de Gustave Courbet (1819-1877)**

(distribuída em sessão de formação na Comissão Europeia, Bruxelas, outubro 2014)

«Como há uma causa para tudo — causas que são efeito de outras causas e assim por diante —, não fora o eclipse dos dinossauros há 65 milhões de anos, eu não teria surgido à face da Terra. Não se perderia grande coisa, mas o assunto esteve complicado, dado que não foi sem sobressaltos que, em 45 do pretérito século (*Year Zero — A History of 1945*, segundo Ian Buruma) lá se lembraram de me ejetar à luz tépida de setembro para encetar a *via crucis* que me traria às Flandres e à CEE (como se dizia então) em janeiro de 1983, presumindo eu, mas sem provas disso, que seria já este o desígnio fundador dos meus autores. Certo é também que, na constância do império dinossáurico e até 1945, houve retrocessos, cataclismos primitivos, bestas imundas, estranhas, aventesmas, digladiando-se sob as tempestades inclementes e siderais e prontas a entrarem no *Parque Jurássico*, abalos telúricos de magnitudes temíveis, mares rudes e incongruentes, cataclismos ingentes, continentes em inconsiderados movimentos tectónicos... que pressagiavam impedir que «*no dia... desse à luz uma robusta criança do sexo masculino a Sr.ª D. F. extremosa esposa do industrial elvensense Sr. B*» (*sic in* jornal local da época) e eu pudesse iniciar aquele já mencionado trajeto terreno a partir de Elvas. E não fora o 25 de Abril, as negociações de adesão à CEE e janeiro de 83, não teria eu sido agente/funcionário na Comissão Europeia em Bruxelas (1983-1987), na Comissão Europeia no Luxemburgo (1987-1988), na divisão de tradução no Comité Económico e Social Europeu (1988-1994) e na divisão de tradução do serviço comum de tradução do Comité Económico e Social Europeu e do Comité das Regiões (1994-2008). Antes de 83 e após: o clássico — Faculdade de Direito, tropa (arma Cavalaria: junho 1973-setembro 1975), profissão, pé de alferes a garota de classe e subsequentes núpcias, filhos, cães, gatos, faturas a pagar... enfim, aqueles ónus a que se haviam subtraído as divindades gregas que, após presidirem ao Caos, surfavam sobre um mundo de ilustres mortais e não consta que usassem pasta medicinal Couto... Percurso célere o meu, como se vê, com causas remotas e próximas, que indicia que Courbet se equivocou quanto à Origem do Mundo: na origem, estão os dinossauros.»

luis.f.sabino@gmail.com

⁽¹⁾ Regulamento (UE) 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32012R0650&from=PT>.

⁽²⁾ Hagège, C., *Halte à la Mort des Langues*, ed. Odile Jacob, 2000.

Tomem as palavras nos braços. Como fez o anjo ao capitão da *Nau Catrineta*.

Neto, J. C. de M., *Museu de Tudo: Poesia*, José Olympio ed., Rio de Janeiro, 1975:

Habitar Uma Língua

J., agora que de regresso
 não a teu país, mas à mesma
 língua em que te falei
 íntimo de cama e mesa,
 eis que aprendo, nesta paisagem
 da de teu país tão diversa,
 que se habita uma língua
 como se fala Marselha

(3) Nemésio, V., *Eu, Comovido a Oeste: Poemas*, Revista de Portugal, Lisboa, 1940:

Versos a Uma Cabrinha Que Eu Tive

Com seu focinho húmido
Esta cabrinha colhe
Qualquer sinal de noite
De que a erva se molhe.

Daquela flor pendente
Pra que seu passo apela
Parece que a semente
É o badalinho dela.

Sua pelerina escura
Vela-a da noite sentida;
Tem cada pêlo uma gota,
Com passos, poeira, vida.

De silêncio, silvas, fome,
Compõe nos úberes cheios
Toda a razão do seu nome
E fruto de seus passeios.

Assim já marcha grave
Como os navios entrando,
Pesada dos pensamentos
Da sua vida suave.

E enfim, no puro penedo
De seus casquinhos tocado,
Está como o ovo e a ave:
Grande segredo
Equilibrado.

(4) Carvalho, A., <http://www.anacarvalho.nl/>.

(5) YouTube, *Lila Downs: Paloma Negra*, Universal Music Group, <https://www.youtube.com/watch?v=hNGYfHG5s9s>.

(6) «História: Ameixa d'Elvas DOP é conhecida localmente como Abruinho. Presume-se que teve origem em França porque inicialmente foi importada como uma árvore ornamental para jardim. Esta fruta tem sido famosa desde a época de Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal. A sua fama espalhou-se até a Grã-Bretanha, onde foi muito apreciada. O próprio Lord Wellington pediu para lhe ser servida esta fruta durante o tempo que passou em Portugal. Em 1834, José Guerra começou a produzir em grande escala esta ameixa. A Ameixa d'Elvas DOP recebeu uma medalha de bronze na Exposição de Paris de 1855 e, em 1875, começou a ser exportada até a América. Em pouco mais de cem anos, esta fruta recebeu 203 prémios internacionais e nacionais», Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, *Produtos Tradicionais Portugueses. Ameixa d'Elvas DOP*, <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/frutos-frescos/955-ameixa-d-elvas-dop>.



«Mayday — Desastres Aéreos» e não só

Philippe Magnan Gariso

Tradutor técnico — Mota-Engil, Railway Engineering, S.A.

É verdade, sou um fervoroso adepto de uma série televisiva canadiana que o canal *National Geographic*⁽¹⁾ emite semanalmente, mas francamente, SOCORRO. Sim, socorro porque a tradução/legendagem, nas mais das vezes, reflete mediocrementemente a correspondência entre o inglês aeronáutico e o modo de dizer no português europeu.

No meu entender, na origem desta desajeitada correspondência podemos distinguir duas ordens de razões que se interligam: as que se prendem com a legendagem, e as que têm que ver com a terminologia. Vejamos:

Constrangimentos de legendagem

Em boa parte, grande causadora dos estragos (desastres), a formatação da legendagem que, segundo opinião que grassa nos meios da especialidade, por razões de legibilidade, não deve ultrapassar duas linhas e, creio, não deve ter mais de sete palavras por linha. Ora, não obstante o esforço, quantas vezes meritório, para lidar com este constrangimento, o facto é que, neste caso, em que as explicações dos técnicos/personagens intervenientes são, em muitos casos, pormenorizadas, a formatação das legendas acarreta perda de informação, porquanto o manancial de informação não cabe nas legendas e o resultado está à vista — se há perda de informação, a tradução não será, forçosamente, satisfatória.

Aliás, o objectivo de traduzir não deve — não pode — descambar na perda de informação para o destinatário, por razões óbvias de inteligibilidade e respeito pelo autor. Em suma, a tal fidelidade intrínseca ao fenómeno tradutório. Estará na hora de se repensar a formatação da legendagem; faço aqui um parêntese para lembrar que durante muitos anos, a legendagem dos filmes era apresentada numa banda separada da película que permitia não perder o diálogo dos actores com todos os matizes da linguagem. Há sempre o reverso da medalha nos avanços tecnológicos.

Esta perda de informação não se situa apenas no plano da fala dos intervenientes, tendo repercussões na tradução de conceitos técnicos, definições, designação de equipamentos/instrumentos de voo, peças e procedimentos de voo. De resto, estas limitações são visíveis noutras séries televisivas, nomeadamente do canal *National Geographic (Nat Geo Wild)* com perda de informação, emprego de adjectivos, verbos e nomes desajustados, contextualmente bizarros e não entendíveis para um telespectador comum. A título de exemplo, numa série sobre vida selvagem, verbos como «cutucar» (português do Brasil) ou frases como «...acarreta milhares de dólares para o turismo...».

Terminologia

Não menos importante, o emprego correcto dos termos e expressões do ramo aeronáutico, e insisto nesta característica porque na linguagem técnica não pode haver lugar para aproximações (ressalvando os casos em que não existem equivalentes consagrados), fica francamente aquém do desejado. Reconheço que as fontes de informação não abundam, pelo menos, no que ao português europeu diz respeito. As pesquisas, independentemente dos apontadores *Google Chrome*⁽²⁾, *Qwant*⁽³⁾, ou outros, remetem, na esmagadora maioria dos casos, para textos brasileiros, franceses ou americanos, e nos restantes casos para o espanhol. No que respeita à documentação da ANAC⁽⁴⁾ (Autoridade Nacional da Aviação Civil), os textos (relatórios) disponibilizados no portal são muito escassos e nem sempre coerentes quanto aos equivalentes empregues para um mesmo vocábulo inglês. Merece especial relevo uma publicação da Força Aérea Portuguesa — Centro de Formação Militar e Técnica, o compêndio de *Estruturas e Sistemas de Aeronaves*⁽⁵⁾, Junho de 2008, acreditado pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), apesar das limitações próprias aos objectivos e à antiguidade da publicação; de menor interesse, menciono o *Glossário da Aviação Civil*⁽⁶⁾ da ANAC (Portugal), Julho de 2015. A documentação mais profusa em língua portuguesa tem origem no Brasil, nomeadamente de um organismo cuja sigla é a mesma que a do organismo português, ANAC⁽⁷⁾ (Agência Nacional de Aviação Civil). Ainda assim, não é de todo impossível chegar-se a uma tradução satisfatória no plano terminológico.

No caso vertente, nalguns episódios os equivalentes empregues são brasileiros; são disso exemplo *thrust reverser* vertido por «reversor de empuxo» em vez de «inversor de impulso», *first officer* a que se fez corresponder «primeiro oficial» em vez de «co-piloto»; em relação a outros vocábulos, as incorreções são transversais a todos os episódios. Podemos mencionar: *board* sistematicamente traduzido por «comissão» em vez de «gabinete», referindo-se que, inclusivamente em Portugal, o organismo que investiga acidentes com aeronaves é designado por «gabinete»⁽⁸⁾; o mesmo sucede em

França (BEA — Bureau des Enquêtes et d'Analyses pour la sécurité de l'aviation civile); *voice recorder* a que a tradutora faz corresponder «gravador de vozes» em vez de «gravador de voz», aliás assim designado nos nossos telemóveis; quanto a *data recorder* a ANAC portuguesa emprega «registador» de dados, nalguns textos, «gravador», noutros. Incorrectamente traduzidos surgem também termos como *runway threshold* vertido por «limiar da pista» em vez do correcto «soleira da pista» ou *glide slope* que aparece como «ladeira», mas no meu entender substituível por «declive/inclinação (de descida)/inclinação radiogoniométrica», ou até «trajectória de descida»; *strap* (cinta ou correia) para cargas nos porões é vertido por «fita», correspondência incompreensível neste contexto, dada a pouca solidez de uma fita para o fim a que destina. Ainda quanto a incorrecções, poderemos igualmente apontar a designação de um fenómeno aerodinâmico conhecido em inglês como *drag* e vertida como «arrasto» em vez de «resistência (aerodinâmica)» talvez por influência da tradução literal.

Olhemos, agora, para uma outra expressão: *go-around* que significa abortar/descontinuar uma aterragem/retomar o voo; pois bem, na gíria emprega-se o vocábulo «borregar» para designar uma aterragem descontinuada (correspondência de *go-around* num relatório bilingue da ANAC portuguesa) o que originou uma tradução espantosa, no mínimo, na conversa entre o piloto e o co-piloto de uma aeronave em situação de aterragem abortada: GO-AROUND, GO-AROUND — traduzido por BORREGO, BORREGO! Para ficarmos no registo da gíria, bastaria, no meu entender, traduzir por BORREGAR, BORREGAR! Quanto a *turbofan engine* (reactor de fluxo duplo) surge apenas como «reactor», perdendo-se a característica «fluxo duplo».

Do mesmo modo, vocábulos como *flaps* e *slaps* ficam sem tradução por desconhecimento da tradutora, ou por falta de espaço na legendagem. Refira-se, ainda, *elevator* (leme de profundidade) vertido por «elevador» num relatório da ANAC (Portugal). Na esteira destas incoerências, na série televisiva, a *connect/disconnect* faz-se corresponder conectar/desconectar em relação a dispositivos ou comandos de voo em vez de accionar/activar/desactivar/ligar/desligar/anular.

Antes de fecharmos esta deambulação pelos ares, aqui fica uma curiosidade: os dois códigos *mayday*, *mayday*, *mayday* (emergências com risco de vida pronunciado três vezes) e *pan*, *pan*, *pan* (emergências sem risco de vida dito também três vezes) são adaptações do francês *m'aidez*, mais correctamente *venez m'aider*, e *panne* (avaria).

Outros desastres, igualmente catastróficos e avassaladores, mais térreos, são cada vez mais frequentes em textos da imprensa digital, nomeadamente textos noticiosos de proveniências diversas e disponíveis no apontador *Sapo*, alguns resultando de tradução literal, outros da má qualidade redatorial. A título de exemplo de traduções fracassadas podemos citar expressões como «endereço o futuro do trabalho», num texto relacionado com a *Web Summit*; «saída letal» a propósito de uma notícia sobre uma nova arma supersónica (*lethal output*) ou «potência reportada de 30 kW» para *reported power*. Quanto à redação dos textos, há notícias em que o título é repetido nos três parágrafos que se lhe seguem, resumindo-se a informação propriamente dita a um quarto, brevíssimo parágrafo. Li, num desses textos, que uma determinada *start-up* venceu o prémio *pitch*!

Na senda destes desastres linguísticos, assiste-se a uma prática que assume proporções preocupantes, e que consiste em polvilhar o discurso televisivo de locutores, apresentadores, jornalistas e comentadores/analistas políticos com expressões inglesas desconhecidas do grande público, desvirtuando-se o objectivo que deve servir a televisão. Conseguiremos imaginar canais como a BBC, Skynews, Euronews, CNN, France 24, I24 News, ou outros, recheando os seus programas de debates com vocábulos estrangeiros?

Os erros de gramática são também cada vez mais frequentes, da conjugação incorrecta do verbo haver (sobretudo na forma «haverão», ao desconhecimento de conjunções originando construções do tipo «...a onda que queremos saber o nome...» passando pelo plural incorrecto de «acordos» com o primeiro «o» acentuado.

Para concluir esta passeata, assinalo os erros de linguagem no concurso televisivo «Joker» em que se confundem perguntas com questões, já que uma questão nem sempre é uma interrogação, categorias com temas de perguntas, em que o prémio máximo são 75 000 «eurós» com o «o» acentuado, e «a resposta certa **era**...» em vez de a «resposta certa **é**...» e em que que as perguntas são estilisticamente mal formuladas com adjectivação inútil porquanto não acrescenta informação essencial para o seu entendimento. Apenas um exemplo: «Qual destes é o célebre autor...» em vez de «Quem é o autor...», não se descortinando a utilidade do adjectivo «célebre».

Por último, aqui fica uma dúvida: por que razão o vocábulo inglês *rugby* transcrito graficamente em português como «râguebi» é pronunciado «rêiguebi»?

philippe.gariso@gmail.com

(1) National Geographic, *Mayday: Desastres Aéreos*, <https://www.natgeo.pt/video/tv/mayday-desastres-aereos>.

(2) Google, <https://www.google.pt/>.

(3) Qwant, <https://www.qwant.com/?l=pt>.

(4) Até 2015, INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil); Autoridade Nacional da Aviação Civil, <https://www.anac.pt/>.

(5) Fernandes, A., *Compêndio: Estruturas e Sistemas de Aeronaves*, Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea Portuguesa, https://aamfes.emfa.pt/conteudos/documentos/disponibilidade/certificacao/compendios/estruturas_e_sistemas_de_aeronaves.pdf.pdf.

(6) Autoridade Nacional da Aviação Civil, *Glossário da Aviação Civil*,

https://www.anac.pt/SiteCollectionDocuments/Publicacoes/estudos/glossario_da_aviacao_civil.pdf.

(7) Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), <https://www.gov.br/anac/pt-br>.

(8) Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPAAAF), <http://www.gpaaa.gov.pt/>.



Um aparte à parte (IX)

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não diga «O número de cidadãos que já *tomou* a vacina *umentou*». Diga «O número de cidadãos que já **tomaram** a vacina *umentou*».

Explicação:

Quem já tomou a vacina não foi o número — foram **cidadãos**. O verbo (isto é, o predicado) associado ao número é *umentou*.

Formulando a frase de modo diferente, percebem-se melhor as correspondências:

«Dos cidadãos que já **tomaram** a vacina, o número *umentou*».

Este erro, atualmente conspícuo nos meios de comunicação social portugueses, resulta de uma espécie de «curto-circuito» irrefletido e acrítico entre o primeiro elemento (*o número*) e toda a restante frase, como se esse elemento fosse o sujeito de todo e qualquer verbo que a seguir se apresentasse.

No fundo, é um erro irmão daquele que leva a dizer «*o* autoclave», «*o* interface» e até, como já ouvi, «*o* autoestrada», como se o simples prefixo «auto-» (que nem sequer tem género, sendo sim abulicamente confundido com o substantivo masculino «auto») condicionasse o género da palavra principal — «clave», «face», «estrada». Desenvolverei este tema num outro artigo desta série.

E é também irmão de um outro erro que, hoje em dia, se tornou epidémico e sobre o qual tenciono igualmente debruçar-me numa próxima edição: «Esta vacina é uma das que *foi aprovada* pelas autoridades sanitárias», quando a única forma correta seria «Esta vacina é uma das que **foram aprovadas** pelas autoridades sanitárias»: aqui, o curto-circuito consiste em associar o predicado (*ser aprovado, ter sido aprovado*) ao numeral *uma*, quando o sujeito que de facto corresponde a esse predicado é *as* («Das que **foram aprovadas** pelas autoridades sanitárias, esta vacina é uma»).

jorge.mendes909@gmail.com



Elegância e degradação

Jorge Madeira Mendes

Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

*A morte nada é.
Somente passei para o outro lado do Caminho.
Eu sou eu, vós sois vós.
O que para vós era continuarei sendo.
Dai-me o nome que sempre me destes.
Falai comigo como sempre falastes.
Vós continuais vivendo no mundo das criaturas,
Eu vivo já no mundo do Criador.
Não utilizeis um tom solene ou triste.
Continuai a rir do que nos fazia rir juntos.
Orai, sorri, pensai em mim.
Orai por mim.
Que meu nome seja profundidade, como sempre foi,
Sem ênfase de nenhum tipo,
Sem traço de sombra ou tristeza.
A vida significa o que sempre significou.
O fio não foi cortado.
Por que estaria eu fora dos teus pensamentos,
Agora que estou apenas fora da tua vista?
Não estou longe,
Estou tão-só do outro lado do Caminho.
Tu, que aí permaneces, segue em frente.
A vida continua, linda, bela, como sempre foi.*

Não é, seguramente, por razões de proselitismo religioso que cito este testamento, atribuído a Santo Agostinho⁽¹⁾. Dá-se apenas o caso de, a par desta versão clássica — onde pontuam, por exemplo, o pronome pessoal «vós» como coerente plural de «tu» (em vez do deselegantíssimo «vocês») e os correspondentes pronomes pessoais diretos e indiretos («vos»), pronomes e adjetivos possessivos («vosso/a/os/as») e formas verbais («dai», em vez de «deem»; «continuais», em vez de «continuam»; etc.) —, me ter recentemente deparado, num lugar público, com outra que a seguir reproduzo e que, para mim, exemplifica o mais inestético das tendências da língua portuguesa (a elegância cedendo o passo à degradação).

*A morte não é nada.
 Eu somente passei para o outro lado do Caminho.
 Eu sou eu, vocês são vocês.
 O que eu era para vocês, eu continuarei sendo.
 Me deem o nome que vocês sempre me deram.
 Falem comigo como vocês sempre fizeram.
 Vocês continuam vivendo no mundo das criaturas,
 Eu estou vivendo no mundo do Criador.
 Não utilizem um tom solene ou triste.
 Continuem a rir daquilo que nos fazia rir juntos.
 Rezem, sorriam, pensem em mim.
 Rezem por mim.
 Que meu nome seja profundidade como sempre foi,
 Sem ênfase de nenhum tipo,
 Sem nenhum traço de sombra ou tristeza.
 A vida significa tudo o que ela sempre significou.
 O fio não foi cortado.
 Porque eu estaria fora de seus pensamentos,
 Agora que estou apenas fora de suas vistas?
 Eu não estou longe,
 Apenas estou do outro lado do Caminho.
 Você que aí ficou, siga em frente.
 A vida continua, linda e bela, como sempre foi.*

jorge.mendes909@gmail.com

⁽¹⁾ Aurélio Agostinho de Hipona, nascido em Tagaste, na Numídia (atual Argélia), no ano 354 e falecido em Hipona, também na Numídia, em 430 (ou seja, 46 anos antes da queda do Império Romano do Ocidente), é um dos «doutores da Igreja Católica». As suas obras mais célebres são as «Confissões» e *De Civitate Dei* («A Cidade de Deus»).



Finlândia — ficha de país

Paulo Correia
 Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia
José Pedro Ferreira
 Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[Com a colaboração de Sointu Rautiainen-Múrias, antiga funcionária do Parlamento Europeu]

Esta ficha de país reúne informação terminológica relativa à Finlândia que se encontra dispersa por vários documentos normativos ou de referência das instituições europeias.

O finlandês e o sueco são línguas oficiais da Finlândia e línguas oficiais da União Europeia. O finlandês, maioritário, é oficial em todos os municípios da Finlândia continental. Alguns dos municípios do litoral ocidental e sul têm também como oficial o sueco finlandês, exemplo de uma variedade não dominante de uma língua pluricêntrica. As ilhas Alanda⁽¹⁾, com um estatuto especial na Finlândia e na União Europeia⁽²⁾, têm o sueco como única língua. Apresenta-se em anexo a esta ficha uma tabela com os grafemas usados para escrever finlandês, os símbolos fonéticos correspondentes às letras e transliterações aproximadas em português. A tabela para o alfabeto sueco será publicada com uma futura ficha de país da Suécia. Alguns municípios da metade norte da Lapónia finlandesa são bilingues com línguas sámis (ou lapãs).

REPÚBLICA DA FINLÂNDIA (IATE: 861046)**CAPITAL: Helsínquia** (IATE 1891422)

GENTÍLICO / ADJETIVO: finlandês (finlandeses) / finlandesa(s)

MOEDA: euro(s)

SUBDIVISÃO: cent(s)⁽³⁾

Principais cidades: Helsínquia, Espoo, Tampere, Vantaa, Oulu, Turku
 Serras: Halti (1324 m)
 Lagos: Saimaa, Päijänne, Inari
 Rios: Kymi
 Ilhas: Alanda

Subdivisões administrativas

#	finlandês	sueco	português	inglês	IATE
5	suuralue	stort område	grande zona	large area	—
19	maakunta	landskap	região	region	3553059
70	seutukunta	ekonomisk region	sub-região	sub-region	1173577
311	kunta	kommun	município	municipality	3553061

Fonte: Eurostat, *Nomenclature of territorial units for statistics: National Structures (EU)*,
<http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/national-structures-eu>

Regiões estatísticas

NUTS (ISO 3166)	SUOMI	FINLAND	FINLÂNDIA	FINLAND	IATE
FI1	Manner-Suomi	Fasta Finland	Finlândia Continental	Mainland Finland	3530982
FI19	Länsi-Suomi	Västra Finland	Finlândia Ocidental	Western Finland	3587958
FI193 (FI-08)	Keski-Suomi	Mellersta Finland	Finlândia Central	Central Finland	3587969
FI194 (FI-03)	Etelä-Pohjanmaa	Södra Österbotten	Ostrobótnia do Sul ⁽⁴⁾	South Ostrobothnia	3587971
FI195 (FI-12)	Pohjanmaa	Österbotten	Ostrobótnia	Ostrobothnia	3588001
FI196 (FI-17)	Satakunta	Satakunta	Satagúndia ⁽⁵⁾	Satakunta	3587994
FI197 (FI-11)	Pirkanmaa	Birkaland	Bircária ⁽⁶⁾	Pirkanmaa	3587995
FI1B	Helsinki-Uusimaa	Helsingfors-Nyland	Helsínquia-Uusimaa ⁽⁷⁾	Helsinki-Uusimaa	
FI1B1 (FI-18)	Helsinki-Uusimaa (Uusimaa)	Helsingfors-Nyland (Nyland)	Helsínquia-Uusimaa (Uusimaa)	Helsinki-Uusimaa (Uusimaa)	
FI1C	Etelä-Suomi	Södra Finland	Finlândia do Sul	Southern Finland	3587973
FI1C1 (FI-19)	Varsinais-Suomi	Egentliga Finland	Finlândia Sudoeste ⁽⁸⁾	Southwest Finland	3587976
FI1C2 (FI-06)	Kanta-Häme	Egentliga Tavastland	Taváschia ⁽⁹⁾	Kanta-Häme	3587996
FI1C3 (FI-16)	Päijät-Häme	Päijänne-Tavastland	Päijänne-Taváschia ⁽¹⁰⁾	Päijät-Häme	3587997
FI1C4 (FI-09)	Kymenlaakso	Kymmenedalen	Vale do Kymi	Kymenlaakso	3587998
FI1C5 (FI-02)	Etelä-Karjala	Södra Karelen	Carélia do Sul ⁽¹¹⁾	South Karelia	3587978

FI1D	Pohjois- ja Itä-Suomi	Norra och Östra Finland	Finlândia do Norte e Oriental	Northern and Eastern Finland	3587980
FI1D1 (FI-04)	Etelä-Savo	Södra Savolax	Savónia do Sul	South Savo	3587982
FI1D2 (FI-15)	Pohjois-Savo	Norra Savolax	Savónia do Norte	North Savo	3587984
FI1D3 (FI-13)	Pohjois-Karjala	Norra Karelen	Carélia do Norte	North Karelia	3587985
FI1D5 (FI-07)	Keski-Pohjanmaa	Mellersta Österbotten	Ostrobótnia Central	Central Ostrobothnia	3587986
FI1D7 (FI-10)	Lappi	Lapland	Lapónia ⁽¹²⁾	Lapland	900730
FI1D8 (FI-05)	Kainuu	Kajanaland	Caiânia ⁽¹³⁾	Kainuu	3587999
FI1D9 (FI-14)	Pohjois-Pohjanmaa	Norra Österbotten	Ostrobótnia do Norte	North Ostrobothnia	3587987
FI2 (AX)	Ahvenanmaa	Åland	Alanda	Åland	
FI20	Ahvenanmaa	Åland	Alanda	Åland	
FI200 (FI-01)	Ahvenanmaa	Åland	Alanda	Åland	883500

Fonte: Serviço das Publicações, *Código de Redação Interinstitucional: Anexo 10 — Lista das Regiões*, <http://publications.europa.eu/code/pt-pt-5001000.htm>.

Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS),

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A02003R1059-20191113&from=PT>.

Órgãos judiciais

#	finlandês	sueco	português	inglês	IATE
20	käräjäoikeus	tingsrätt	tribunal de comarca ⁽¹⁴⁾	district court	912575
5	muutoksenhakutuomioistuim	fullföljdsdomstol	tribunal de recurso	court of appeal	3529878
7	hallinto-oikeus	förvaltningsdomstol	tribunal administrativo	Administrative Court	3585114
1	korkein hallinto-oikeus	Högsta förvaltningsdomstolen	Supremo Tribunal Administrativo	Supreme Administrative Court	912692
1	korkein oikeus	Högsta domstolen	Supremo Tribunal	Supreme Court	915860

Portal Europeu da Justiça, *Sistemas judiciais nos Estados-Membros — Finlândia*,

https://e-justice.europa.eu/content_judicial_systems_in_member_states-16-fi-pt.do?member=1.

correiapms@gmail.com
Jose-Pedro.Ferreira@ec.europa.eu

Anexo: Alfabeto finlandês

O finlandês é uma das três línguas oficiais e de trabalho da UE que pertence à família urálica, a par do húngaro e do estónio, integrando o ramo fino-báltico. O alfabeto finlandês, derivado do alfabeto latino, inclui 29 caracteres de base e dois caracteres adicionais:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z Å Ä Ö

Š Ž

Os caracteres B, C, F, G, Q, W, X, Z e Å⁽¹⁵⁾, assim como Š e Ž, são utilizados em empréstimos ou termos científicos. As sequências AA, EE, II, OO, UU, YY, ÄÄ, ÖÖ, muito características do finlandês, indicam vogais longas.

letra finlandesa	fonética (AFI)	equivalente português	nome finlandês	«transliteração»
A a	[a]	a (em alto), aproximado	Alankomaat (Países Baixos)	Alankomat
B b	[b]			
C c	[k] [c]			
D d	[d]	d (em dente)	<i>diakuva</i> (diapositivo)	diakuva
E e	[e]	e (em ele)	<i>etelä</i> (sul)	etela
F f	[f]			
G g	[g]			
H h	[h]	r (em porta), Rio de Janeiro	<i>hallinto</i> (administração)	(r)alinto
I i	[i]	i (em vida)	<i>itä</i> (este)	ita
J j	[j]	i (em cuidado)	<i>järvi</i> (lago)	iarvi
K k	[k]	c (em casa)	<i>koti</i> (lar)	koti
L l	[l]	l (em lua)	<i>länsi</i> (oeste)	lansi
M m	[m]	m (em mão)	<i>meri</i> (mar)	meri
N n	[n]	n (em não)	Norja (Noruega)	Noria
O o	[o]	o (em ora), aproximado	<i>ostokset</i> (compras)	ostokset
P p	[p]	p (em pato)	<i>pohjoinen</i> (norte)	po(r)ioinen
Q q	/k/			
R r	/r/	r (em rua), exceto Lisboa	Ruotsi (Suécia)	Ruotsi
S s	/s/	s (em saia)	Suomi (Finlândia)	Suomi
T t	/t/	t (em tudo)	Tanska (Dinamarca)	Tanska
U u	/u/	u (em peru)	<i>uusi</i> (novo)	ussi
V v	/v/	v (em ave), aproximado	Venäjä (Rússia)	Venaia
W w	/v/			
X x	/ks/			
Y y	/y/	u (em figura), Açores	Yhdysvallat (Estados Unidos)	U(r)dussvalat
Z z	/ts/			
Å å	/o/ /o:/'			
Ä ä	/æ/	a (em cat), ing. americano	<i>älykkyys</i> (inteligência)	alukuss
Ö ö	/ø/	eu (em peu), francês	<i>öljy</i> (óleo)	oliu
Š š	/ʃ/			
Ž ž	/ʒ/			

(1) **Alanda** é o aportuguesamento do topónimo sueco Åland ['o:land], consagrado no *Código de Redação Interinstitucional* e, entre outras fontes, na *Lello Universal*. A terminação de Alanda aproxima-se da de aportuguesamentos mais antigos como Holanda ou Irlanda e distingue-se de aportuguesamentos mais recentes como Islândia, ou mesmo Finlândia. O aportuguesamento Olândia (ou Oulândia) aproximar-se-ia mais da pronúncia sueca, mas confundir-se-ia com a ilha sueca de Olândia (Öland).

(2) Tratado [...] relativo à adesão do Reino da Noruega, da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia: Protocolo n.º 2 relativo às Ilhas Åland,

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1994:241:FULL&from=PT>.

(3) Cent (forma obrigatória nos atos da UE e a preferir nos demais textos da UE); cêntimo (variante nacional de uso corrente em Portugal e que pode ser utilizada noutra tipo de textos).

(4) **Ostrobótnia**, do sueco Österbotten, a leste (ostro-) do golfo de Bótnia. Confrontar com Västerbotten e Norrbotten — Vestrobótnia e Norbótnia —, na Suécia.

(5) **Satagúndia**, do finlandês Satakunta (de *sata* — centena, *kunta* — município), via o neolatim Satagundia.

(6) **Bircária**, do sueco Birkaland, via o neolatim Birkaria.

(7) Quer o topónimo finlandês Uusimaa (*uusi* — nova, *maa* — terra) quer o topónimo sueco Nyland (*ny* — nova, *land* — terra) poderiam ter como tradução **Terra Nova**. Como comparação, em finlandês, Nova Zelândia designa-se Uusi-Seelanti e Terra do Fogo Tulimaa. O topónimo Uusimaa, consagrado no *Código de Redação Interinstitucional*, pronuncia-se /'u:sima:/, aproximadamente Ússima.

(8) **Finlândia Sudoeste**, do inglês Southwest Finland.

No sul da atual Finlândia viviam antigamente os primeiros finlandeses, taváscios e carélios — os finlandeses no sudoeste, os taváscios mais a nordeste e os carélios a leste. A região de origem dos primeiros finlandeses designa-se em sueco Egentliga Finland (verdadeira Finlândia). O gentílico finlandês veio a aplicar-se a todos os habitantes do território da Finlândia.

(9) **Taváscia**. A região de origem dos taváscios designa-se em sueco Egentliga Tavastland (verdadeira Taváscia). Não confundir esta região com a província histórica da Taváscia, que se estendia também mais para nordeste.

⁽¹⁰⁾ **Päijänne** é o nome de um lago e de sua região, sendo Päijät a sua forma reduzida, utilizada em nomes compostos (como Päijät-Häme). Päijänne pronuncia-se /'pæjjæn:e/, aproximadamente Páiane.

⁽¹¹⁾ **Carélia**. A Carélia do Norte e do Sul representam a parte finlandesa da Carélia. A maior parte da Carélia situa-se em território russo, formando a República da Carélia e a região de Leninegrado (em torno de Sampetersburgo).

⁽¹²⁾ **Lapónia**. Não confundir esta região finlandesa com a Lapónia em sentido lato, pátria dos lapões, que se estende da Noruega à Rússia, passando pela Suécia e Finlândia. Na Lapónia, da península Escandinava à península de Cola, além das línguas oficiais, falam-se as línguas sámis — sámi meridional (sma), sámi setentrional (sme), sámi luliano (smj), sámi inariano (smn) e sámi escoltiano (sms).

⁽¹³⁾ **Caiânia** — a partir do neolatim Caiania. A Caiânia e a Ostrobótia do Norte formavam a antiga província da Uloa.

⁽¹⁴⁾ Tribunal de comarca é o termo normalizado que tem sido utilizado para tribunais de primeira instância nas diferentes fichas de país publicadas n'«a folha».

⁽¹⁵⁾ **Å** é designado em finlandês «o sueco» (*ruotsalainen oo*), pois pronuncia-se como um *o* e não como um *a*, e é utilizado sobretudo em nomes suecos.



Publicações dos serviços de tradução da UE homenageadas na rádio — Passado, presente e futuro d'«a folha»

Victor Macedo

Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

No início de novembro, a redação d'«a folha» foi contactada pela Radio Lingvistika⁽¹⁾, um programa de rádio consagrado ao multilinguismo e às questões linguísticas, e convidada a participar numa conversa radiofónica sobre as publicações dos vários serviços de tradução das instituições da União. Com efeito, a mais venerável dessas publicações, a espanhola *puntoycoma*⁽²⁾, celebra este ano o seu 30.º aniversário; o moderador do programa desejou marcar a ocasião, e aproveitou o ensejo para associar a esta celebração um representante da congénere portuguesa: «a folha»⁽³⁾, como só muito poucos recordarão, foi lançada em março de 1993; de então para cá, muitas coisas mudaram, mas manteve-se a ênfase nas questões linguísticas e terminológicas em geral e, mais especificamente, no trabalho de tradução e de revisão, assim como o tom informal, acessível e, por vezes, irreverente, mais apostado na convivialidade e na abertura a todas as opiniões do que em utilizar uma linguagem mais sofisticada que seria, necessariamente, opaca para os não iniciados.

Para os interessados, a emissão de rádio pode ser escutada no endereço abaixo⁽⁴⁾. Toda a redação espera que a gravação possa contribuir para a projeção d'«a folha» fora do âmbito restrito das instituições europeias; entretanto, e porque a evocação do passado constitui sempre a melhor oportunidade para perspetivar o futuro, será certamente útil aproveitá-la para aprofundar algumas reflexões sobre os desafios com que tanto «a folha» como as suas congéneres se confrontam.

Um dos problemas mais prementes é, evidentemente, assegurar uma maior pluralidade de contributos: «a folha» é uma publicação interinstitucional desde 1995, e essa abertura às outras instituições veio reconhecer a importância de alimentar constantemente o diálogo com elementos externos, com pessoas capazes de enriquecer, com os seus, os nossos próprios pontos de vista. Importa, agora, zelar por que a geração a cujos esforços devemos o lançamento da publicação há quase 30 anos seja revezada por novos autores, e alargar o leque destes últimos igualmente a representantes de outros organismos, nacionais ou internacionais. Caso contrário, correremos o risco de ver o que deveria ser um fórum transformar-se lentamente num blogue. Um fórum que deve, contudo, permanecer um espaço agradável e acolhedor, a que os leitores regressem por saberem que nele se tratam temas que lhes interessam de uma forma descontraída.

Um outro desafio é o da visibilidade: os instrumentos desenvolvidos ao longo dos anos pelas instituições têm vindo a revelar-se auxiliares inestimáveis para um público bem informado. A base

IATE⁽⁵⁾ e o *Código de Redação Interinstitucional*⁽⁶⁾ são abundantemente citados em revistas e outras publicações do meio académico e vieram, em grande medida, colmatar lacunas que ainda é possível registar em Portugal e nos outros países lusófonos. É necessário agora refletir sobre o melhor formato para promover a facilidade da consulta e a presença d'«a folha» nos resultados de motores de busca, sensibilizando os potenciais leitores aos quais ainda não tenhamos chegado e inscrevendo a nossa publicação entre as fontes de consulta regular nos cursos de humanidades e entre os profissionais do setor.

Por último, importa estar à escuta das novas tendências e dos verdadeiros problemas concretos que vão continuar a surgir inevitavelmente no nosso domínio de especialização: uma publicação que não se mantém a par das questões mais atuais e mais urgentes dificilmente poderá satisfazer as necessidades dos seus diferentes públicos-alvo. Ao lado das separatas dedicadas a temas específicos (como a recentemente consagrada às espécies ornitológicas⁽⁷⁾) e às séries de artigos sobre a terminologia mais diretamente ligada a determinados Estados-Membros, seriam porventura de ponderar números especiais sobre questões mais pontuais, nomeadamente para conhecer os resultados das deliberações sobre a terminologia ou outras convenções prescritas para determinado tema.

«a folha» já tem 28 anos; esperemos que os próximos 28 sejam pelo menos tão produtivos e tão interessantes!

victor.macedo@eesc.europa.eu

(1) Direção-Geral da Tradução, *Radio Linguistika*, <https://www.podomatic.com/podcasts/dgtradiolingvistika>.

(2) *puntoycoma*, https://ec.europa.eu/translation/spanish/magazine/es_magazine_es.htm.

(3) «a folha», https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm.

(4) DGT Academy – Radio Ekonomika, «Éliminer les barrières: les journaux publiés par les traducteurs de l'Union Européenne», *Podomatic*, 26.11.2021, https://www.podomatic.com/podcasts/dgtradio/episodes/2021-11-26T03_51_21-08_00.

(5) IATE, <http://iate.europa.eu>.

(6) Serviço de Publicações, *Código de Redação Interinstitucional*, <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.

(7) «a folha», n.º 66 — verão de 2021, separata 1, https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha66_separata1_pt.pdf.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: José Pedro Ferreira (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Paulo Correia; Ana Luísa Faria (Conselho da UE); Susana Gonçalves (Comissão); Hilário Leal Fontes (Comissão); Cristina Machado (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/pt_magazine_pt.htm

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.



A coleção completa d'«a folha» está disponível no catálogo em linha da Biblioteca Jacques Delors [https://infoeuropa.eu/ocid.pt/pesquisar/wti=\(a+folha\)+AND+\(wfmt=se+OR+wfmt=an\)/catalogo=bibliografico](https://infoeuropa.eu/ocid.pt/pesquisar/wti=(a+folha)+AND+(wfmt=se+OR+wfmt=an)/catalogo=bibliografico)

«a folha» ISSN 1830-7809

